

Retrato da Economia Solidária em Londrina/PR

Representation of Solidarity Economics in Londrina/PR

Ana Claudia Bansi^{a*}; Irene Lopes Salvi^b; Sirlei Rose Martos^c; Luis Miguel Luzio dos Santos^a

^aUniversidade Estadual de Londrina

^bUniversidade Estadual de Londrina e Universidade Norte do Paraná

^cDocente da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) Londrina/PR.

*E-mail: ana_bansi@hotmail.com

Resumo

O momento atual é caracterizado por profundas contradições econômicas e sociais, além de impactos ambientais severos, o que coloca em questão o próprio modelo de desenvolvimento. Diante dessa realidade conflituosa, surge como nova forma de fazer economia, a Economia Solidária, centrada na valorização do ser humano e no processo de democratização econômica. O presente artigo propõe um mapeamento da economia solidária em Londrina/PR, buscando informações sobre suas formas, quais os critérios para a participação e se seus resultados estão sendo alcançados. Para tanto se utilizou de um roteiro de entrevistas para captar a percepção dos coordenadores destas iniciativas no período de junho e julho de 2010. Os resultados apontaram que o setor vem ganhando discreta força, proporcionando aos integrantes condições de desenvolver uma atividade e participar da economia nacional.

Palavras-chave: Economia Solidária. Cooperativismo. Trabalho.

Abstract

The present is characterized by profound economic and social contradictions, besides severe environmental impacts, which calls into question the model of development itself. Before this conflicting reality, a new way of economy arises, the Solidarity Economy, focused on the appreciation of the human and in the economic democratization process. This article proposes a mapping of the solidarity economy in Londrina, looking for information about its shapes, the criteria for participation and if its results have been achieved. Accordingly, an interview guide was used to collect the perception from the coordinators of these initiatives during June and July, 2010. The results showed that the sector has been gaining slight strength, providing the members with conditions to develop an activity and participate in the national economy

Keywords: Solidarity Economics. Cooperativeness. Labor.

1 Introdução

A história brasileira foi construída sob uma racionalidade em que as elites econômicas se perpetuaram ao longo dos séculos, apoderando-se do Estado como extensão dos seus próprios domínios individuais. Essa aliança entre poder econômico e político gerou uma das mais injustas sociedades do mundo, em que nem mesmo as condições naturais privilegiadas conseguiram garantir o mínimo de bem-estar para boa parte da população. Assistiu-se a um processo de apoderação contínuo que fez com que as imensas potencialidades nacionais ficassem concentradas nas mãos de um número extremamente reduzido de pessoas, condenando os demais a condição de subserviência crônica e de exploração contínua, num ciclo vicioso que se reproduziu ao longo da história (FURTADO, 2009).

Diante de um quadro dominado por contradições profundas vêm surgindo variadas propostas de mudança na estrutura socioeconômica dominante, capazes de imprimir uma nova lógica em que crescimento econômico e desenvolvimento social sejam simétricas. Assim, surge o conceito de economia

solidária, que se propõe a substituir a lógica da competição e do individualismo, por modelo de bases cooperativas e solidárias, com o objetivo inicial de promover a inserção social do enorme contingente de excluídos do mercado de trabalho formal e possibilitar o fomento de novo ideal de sociabilidade em que os laços de proximidade e as relações humanas sejam fortalecidos.

O conceito de Economia Solidária se reporta a um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas coletivamente de acordo com os princípios da autogestão. Esta forma de produção visa transformar o trabalho num meio de libertação humana dentro do processo de democratização econômica, criando alternativa à dimensão alienante do modelo de trabalho assalariado capitalista.

A Economia Solidária encontra-se em franca expansão no Brasil, principalmente após a criação da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária que se propôs a fomentar e apoiar iniciativas dentro desta modalidade em todo o país. A Economia Solidária apresenta diferentes iniciativas e abraça distintas modalidades organizacionais o que faz com que o

estudo deste fenômeno ganhe em complexidade e necessite de pesquisas que consigam captar características que vão além do plano meramente quantitativo e captem a realidade de cada região específica.

O presente trabalho propôs-se a desenvolver um estudo exploratório da Economia Solidária na cidade de Londrina/Paraná, de forma a abarcar os diferentes modelos organizacionais, suas particularidades e evolução histórica, além de buscar compreender os variados arranjos institucionais, avanços e desafios.

Quanto à organização metodológica do trabalho, tratou-se de um estudo qualitativo por meio da análise de casos múltiplos compreendendo todas as iniciativas de Economia Solidária em atuação na cidade de Londrina/PR. Foram realizadas entrevistas junto aos principais dirigentes de cada uma das organizações, além de consulta a documentos, como estatutos e atas, de forma a reunir elementos capazes de auxiliar na caracterização dos empreendimentos e compreender a sua forma de atuação. A pesquisa foi realizada no período de junho e julho de 2010 e compreendeu as organizações mencionadas a seguir:

- Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Londrina (INTES-UEL);
- Programa Municipal de Economia Solidária da Prefeitura de Londrina – que encampa a COPERSOL;
- Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Londrina – COOPERSIL; e
- Comunidade Doze Tribos.

2 Economia Solidária

Ainda que o conceito de Economia Solidária seja recente, os ideais e diretrizes que lhe servem de base não são novos e remontam a um período pós Revolução Industrial quando os trabalhadores começaram a se organizar e criaram as primeiras cooperativas como forma de enfrentamento das vicissitudes desse período, que condenaram milhares de trabalhadores ao desemprego ou ao subemprego, à expulsão do meio rural e à exploração de todo a ordem. Este cenário deu as bases para a criação das primeiras cooperativas e tornou-se o embrião de um movimento que passaria a ser mais conhecido como socialismo utópico, diferenciando-se dos ideais revolucionários e de planificação centralizada dos chamados socialistas científicos (GENNARI; OLIVEIRA, 2009).

A segunda metade do século XX foi caracterizada pelo domínio quase absoluto do capitalismo de corte neoliberal. Como descreve Sousa Santos (2002) é dentro dessa face mais extrema do capitalismo que podem ser visualizadas as suas contradições fundamentais e que são resumidos em três críticas essenciais: A primeira é a desigualdade econômica, de poder e de relações sociais que atinge níveis nunca antes vistos e condena populações inteiras ao ostracismo e à indignidade. A segunda crítica apóia-se no fato de que as relações de concorrência determinadas e exacerbadas

no mercado capitalista criam formas de sociabilidade empobrecidas, baseadas no individualismo e no egoísmo. E por fim, a terceira característica negativa diz respeito à exploração desproporcional de recursos naturais que coloca em risco a própria sobrevivência da vida na Terra, pois o nível de produção e consumo demandados pelo capitalismo é insustentável com a capacidade disponível do planeta.

No final do século XX com o acentuado crescimento do desemprego, da pobreza e o agigantamento das desigualdades sociais em todo o mundo, houve o renascer dos ideais emancipatórios e principalmente da busca por alternativas capazes de acolher os hoje excluídos do mercado de trabalho e ir além, na busca por modelos organizacionais amparados numa nova lógica, que não a do monopólio da competição e do individualismo. Surge assim, a chamada Economia Solidária que é definida como modo de organização econômica e social amparada nos princípios da autogestão, igualdade, solidariedade e sustentabilidade ambiental (SINGER, 2002).

2.1 Princípios

Ainda que não haja um único modelo organizacional em que podem ser acolhidas as inúmeras modalidades de Economia Solidária, estas aproximam-se na adesão a alguns princípios fundamentais que lhe garantem identidade e certa unidade, mesmo diante da pluralidade de organismos. Singer (2002) salienta como princípios fundamentais da Economia Solidária os seguintes atributos:

- Ajuda mútua: todos do grupo se envolvem na solução de problemas comuns;
- Esforço próprio: motivação dos integrantes com o fim coletivo;
- Responsabilidade: compromisso moral com os associados no cumprimento das atividades para o alcance das metas;
- Democracia: tomada de decisões coletivas;
- Igualdade: todos os integrantes têm os mesmos direitos e deveres;
- Equidade: distribuição de renda é justa e equilibrada;
- Solidariedade: cooperação e ajuda mútua entre os associados, família e a comunidade.

Na Economia Solidária a autogestão assume o significado do agir coletivo, da cooperação e da busca pelo bem comum, o que para Albuquerque (2003) apresenta algumas vantagens em relação à heterogestão, já que há tendência a aumentar-se a eficiência e a capacidade produtiva dos trabalhadores, além da melhoria na qualidade dos produtos, fruto de índices mais elevados de motivação e comprometimento decorrentes de ambiente mais participativo e democrático.

Na visão de Singer (2002), além da autogestão ser considerada uma forma de gestão mais justa, seu mérito principal é o desenvolvimento humano, pois quando o indivíduo participa de discussões e decisões de forma coletiva, isso o torna mais realizado e autoconfiante, ganhando-se não só em índices de produtividade e eficiência, mas principalmente, em formas de sociabilidade enriquecidas. Porém, quando o

único apelo se resume a criar fonte de renda, sair da pobreza e eliminar a figura do patrão, acaba-se por não aproveitar as potencialidades da Economia Solidária de gerar nova forma de convivência social, mais próxima e fraterna, dando bases para novo modelo de sociabilidade.

2.2 Diferentes modelos

Ainda que o conceito de Economia Solidária apresente elementos comuns que lhe dão certa convergência, as opiniões sobre as estratégias mais convenientes para o seu desenvolvimento são distintas e muitas vezes conflituosas. Diferentes autores vêm apresentando suas teses sobre a melhor arquitetura para impulsionar e consolidar as iniciativas de Economia Solidária, diante do contexto socioeconômico contemporâneo. A seguir apresentam-se algumas dessas posições, salientando-se as suas características e singularidades.

Paul Singer é considerado um dos pioneiros e dos mais importantes difusores desse novo modo de produção, comercialização e consumo. De acordo com o autor, a Economia Solidária ainda que parta da lógica centrada na solidariedade e na cooperação, não pode querer impor-se apartada do sistema dominante, mas antes terá de demonstrar eficiência capaz de se impor diante das exigências do mercado convencional. Dessa forma, o modelo visualizado pelo autor requer ganhos de escala conseguidos através da integração de empreendimentos solidários que se complementam e garantem maior eficiência. Para que esta complexa estrutura possa-se consolidar, Singer defende a participação de governos e universidades, estimulando a criação de incubadoras, acesso a crédito e apoio em geral, fundamentais principalmente nos primeiros momentos (SINGER; SOUZA, 2000).

Singer e Souza (2000) afirmam que os empreendimentos Econômicos Solidários possuem caráter multifuncional, pois, propõem um modelo econômico e de convivência que almeja superar a centralidade atribuída ao economicismo e avançar para outras dimensões fundamentais ao gênero humano, social, política e relacional. Assim, a Economia Solidária além de se propor a atender às necessidades materiais dos seus integrantes, também busca suprir outro tipo de aspirações, como reconhecimento, autonomia e inclusão social, num modelo que se propõe a ser superior ao capitalista.

Mance (1999) apresenta como proposta para a Economia Solidária a formação de um sistema de redes de colaboração solidária capaz de integrar diferentes empreendimentos de forma complementar, integrando produção e consumo. Propõe a articulação entre diferentes unidades cooperativas de Economia Solidária, que trocam elementos entre si, complementando-se e fortalecendo-se, aumentando continuamente a sua abrangência e capacidade de atender a novas demandas. Esta proposta apresenta-se como alternativa ao mercado capitalista, desenvolvendo-se paralelamente a este e substituindo-o progressivamente num processo que

almeja auto-suficiência. O autor apóia-se no apelo ao consumo solidário, como base fundamental para a viabilização e potencialização das redes frente ao mercado tradicional. Ou seja, os diversos operadores solidários que atuam na cadeia produtiva devem dar prioridade a produtos provenientes de outras iniciativas de Economia Solidária como forma de fortalecimento de toda a rede.

Barbosa (2007) desenvolve raciocínio mais crítico em relação à Economia Solidária e seus empreendimentos cooperativos. A autora parte da tese de que se o desemprego, a pobreza e todos os problemas que se repercutem em exclusão social são decorrentes de uma estrutura social perversa, querer transferir a resolução desses problemas para a esfera individual é incoerente e injusto. Ao querer-se fomentar o empreendedorismo coletivo através de grupos de excluídos do mercado de trabalho convencional, considerando sua baixa formação técnica e auto-estima debilitada por anos de subserviência, torna-se uma lógica perversa e de sucesso bastante duvidoso. Problemas estruturais terão de ser solucionados corrigindo-se as próprias estruturas e não transferindo a responsabilidade para as vítimas deste processo.

Luzio dos Santos e Borinelli (2010) dentro da mesma lógica de Barbosa (2007), percebem como é arriscado pensar-se a Economia Solidária inserida no mercado tradicional, considerando-se todos os revés que lhe são inerentes, como a baixa escolaridade e formação técnica dos seus membros, histórico de miséria e subserviência, dificuldade de acesso a financiamentos e know how, capacidade de inovação permanente, entre tantos outros obstáculos inerentes ao mercado competitivo que terão de enfrentar. Considerando-se esse quadro perverso e desanimador, o autor defende que haja uma mudança na letra da lei de compras públicas, de forma a se privilegiar produtos e serviços provenientes de empreendimentos da Economia Solidária. A garantia de demanda e o fomento à criação de novos empreendimentos que possam satisfazer uma parcela das necessidades do poder público poder-se tornar uma solução inteligente e efetiva de inclusão social, aliando a mudança das estruturas excludentes com a formação de uma nova modalidade de parceria público-privada amparada em prioridades sociais e emancipatórias.

2.3 Desafios

Cattani (2003) descreve três grandes desafios a serem enfrentados pela Economia Solidária: O primeiro deles diz respeito ao trabalho, ou ainda, à dificuldade em garantir-se meios eficientes e decentes de integrar o contingente de desempregados e marginalizados pelo sistema econômico dominante. O segundo desafio é fazer com que a Economia Solidária não seja confundida com o terceiro setor, ou seja, um campo de trabalho voluntário ou envolto em relações caritativas que reforçam a dependência destes. E por fim, o terceiro e último desafio é que a economia solidária não seja reduzida a alternativa para pobres e excluídos, mas sim

proporcionar avanços na sociedade de forma mais ampla e consistente, avançando em novas experiências econômicas e de sociabilidade.

Além dos desafios apontados por Cattani (2003) para a Economia Solidária, outros se fazem presentes como a prática da autogestão que exige abandono da lógica hierárquica tradicional e que impõe maior grau de responsabilidade por parte de todos os integrantes do empreendimento. Também a liderança, que apresenta contornos mais informais e flexíveis, nem sempre fáceis de exercer, e que muitas vezes afasta-se do modelo democrático participativo; e em outros casos, fragmenta-se, fragiliza-se e afasta-se do compromisso em responder com rapidez e eficiência às contingências impostas pelo ambiente (LUZIO DOS SANTOS; BORINELLI, 2010).

Portanto, a Economia Solidária pode ser visualizada numa perspectiva de múltiplas alternativas e experiências que tentam se impor diante da realidade, cada uma ao seu modo, considerando o ambiente inóspito que tende a condenar grande parcela ao fracasso. Ainda não se pode apontar para um modelo hegemônico ou privilegiado, mas antes uma multiplicidade de empreendimentos tentando se consolidar e ultrapassar a fase de sobrevivência, o que ainda se torna o desafio principal da maioria das iniciativas de Economia Solidária presentes no Brasil.

3 Material e Métodos

A presente pesquisa buscou realizar um mapeamento da Economia Solidária na cidade de Londrina, o que compreendeu os quatros empreendimentos cadastrados pelo Programa Municipal de Economia Solidária de Londrina e que se enquadram dentro dos moldes da Economia Solidária. Dois destes funcionam como incubadoras de grupos de Economia Solidária, um encampado pelo poder público municipal e o segundo, promovido pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Ambas as incubadoras visam dar apoio administrativo e financeiro a organizações que funcionam dentro dos princípios da Economia Solidária (SINGER 2002).

Foram pesquisados quatro grupos de Economia Solidária que fazem parte da INTES – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários da UEL, selecionados por serem os mais antigos em funcionamento, ainda que não possuam identidade jurídica independente. Também foi pesquisada a COPERSOL – Cooperativa de Empreendimentos Solidários de Londrina, apoiada pelo Programa Municipal de Economia Solidária.

As demais organizações pesquisadas não fazem parte das incubadoras anteriormente descritas, funcionando de forma autônoma dentro do formato de cooperativo e seguem as diretrizes que caracterizam os empreendimentos de Economia Solidária, como descrito por Singer (2002). São elas a COOPERSIL - Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Londrina e a Comunidade Doze Tribos de Londrina.

A pesquisa teve caráter qualitativo na medida em que buscou coletar informações em documentos e registros nas próprias organizações, de forma a conseguir caracterizar o perfil da Economia Solidária no município. Também foram efetivadas entrevistas junto aos principais dirigentes de cada uma das entidades, para levantar seu histórico, forma de gestão, liderança e estratégias de ação priorizadas por cada uma. Por fim buscou-se discutir quais as perspectivas futuras e desafios enfrentados pela Economia Solidária em Londrina.

3.1 Caracterização das organizações pesquisadas

3.1.1 INTES – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários

A Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários da UEL (INTES-UEL) é um projeto de extensão vinculado ao Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), aprovado pela Financiadora de Projetos e Pesquisa (FINEP), e apoiado pela Fundação Inter-universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO) e está em atuação desde 2005.

A INTES tem como missão fornecer apoio profissional aos grupos de trabalho coletivo, selecionados previamente de acordo com as necessidades e potencialidades de cada um, contribuindo para sua inserção política, social e econômica. A incubadora busca acompanhar sistematicamente os diferentes grupos encampados e oferece assessoria técnica e administrativa a cada um dos empreendimentos. Também faz parte das atribuições da incubadora desenvolver treinamentos em diferentes áreas técnicas e de gestão, como organização do trabalho, princípios da autogestão, orientação jurídica, contabilidade básica, gestão financeira, mercadológica, entre outros temas necessários.

Atualmente o projeto atende a sete grupos de geração de trabalho e renda, que são caracterizados a seguir:

Quadro 1: Grupos atendidos pela INTES

Grupo	Área de Atuação	Nº de integrantes
Mão na Terra – Horta comunitária	Verduras e legumes sem agrotóxicos	6
Verde Vida	Plantação e comercialização de orquídeas e bromélias	3
Grupo AMAR	Artesanato em papel reciclável	4
Grupo COM UNIÃO	Costura e tingimento de lençóis com a técnica TaiDai	4
Ervas de Salete	Produção e comercialização de ervas medicinais secas	6
Unidas Somos Mais	Artesanato em retalho – <i>patchwork</i>	4
Grupo UNIARTE	Artesanato com materiais recicláveis da construção civil	8

Continuação

Predomina a diversidade de atividades, o que acaba por ser um complicador a mais no desenvolvimento das iniciativas que de forma geral encontra-se ainda em fase incipiente e longe de garantirem autonomia econômica e técnica. Destaca-se, no entanto, o grupo “Mão na Terra” que trabalha com verduras sem agrotóxico e que vem conseguindo avanços promissores. A comercialização dos produtos desenvolvidos pelos grupos é realizada principalmente em feiras específicas e de forma avulsa para conhecidos.

Os critérios para o ingresso de um novo grupo ou o aumento no número de integrantes destes, leva em conta a disposição do novo integrante em trabalhar de forma cooperativa e aderir aos princípios da Economia Solidária; e ainda a possibilidade da INTES em absorver mais empreendimentos. Desta forma, a INTES está aberta à entrada de novos grupos, desde que estes se enquadrem nos critérios e perspectivas preconizados pela Economia Solidária.

3.1.2 COPERSOL – promovida e apoiada pelo Programa Municipal de Economia Solidária

A Prefeitura Municipal de Londrina desde 2005, conta com um Programa Municipal de Economia Solidária que visa à formação de grupos de trabalho e renda coletivos junto a comunidades de baixa renda da cidade. Esta iniciativa atende a 30 grupos de Economia Solidária dando apoio material inicial, formação técnica, assessoria e conta com um local próprio para comercialização dos produtos - Centro Público de Economia Solidária - que se localiza na região central da cidade.

O referido programa foi responsável pela criação de uma cooperativa (COPERSOL) em 2010, que integrou nove grupos atendidos pelo Programa de Economia Solidária da Prefeitura Municipal de Londrina e que compreendem três áreas distintas de atuação: alimentos, confecção e artesanato. O esforço em criar a cooperativa se deve principalmente à necessidade em se atuar formalmente potencializando a oportunidades de comercialização dos produtos provenientes dos grupos.

No quadro abaixo são apresentadas as iniciativas encampadas pelo Programa Municipal de Economia Solidária da Prefeitura de Londrina (Quadro 2):

Quadro 2: Grupos atendidos pela Prefeitura Municipal de Londrina/PR

Continua

Grupo	Área de Atuação	Número de Integrantes
Aeroflores	Flores ornamentais	3
Amar	Artesanato em papel reciclado	4
Arte no Tear	Artesanato no tear	2
Baby acessórios	Confecção	4
Belas art's	Artesanato em MDF	2
Beleza Pura	Salão de beleza	2
Brincar de Q.	Artesanato – brinquedos educativos	3

Casa de Pães	Alimentação	6
Ciranda	Confecção – roupa infantil	3
Com União	Artesanato – roupa de cama	3
Crochê Ideal	Artesanato em crochê	3
Ellus pães	Alimentação	3
Fino Sabor	Alimentação	2
Fuxico Brasil	Artesanato em fuxico	2
Girassol Colorido	Produção de flores	2
Jeito de Ser	Vestuário – pijamas	2
Ki Doce Doce	Alimentação - cocadas	3
Kre Kygfy	Artesanato indígena - cestos	20
Lumarte	Artesanato – decoração em tecido	3
Mãos e Arte	Artesanato em MDF	5
Marreca	Vestuário – camisetas	3
Marrom Glacê	Alimentação – doces	2
Mel Ouro Fino	Alimentação – mel	3
Moda da Casa	Artesanato – utilidades domésticas	2
Padaria Pão Maravilha	Padaria e confeitaria	5
Parceria da Beleza	Salão de beleza	2
Sabor de Quero +	Alimentação – bombons e trufas	3
Sabores do Campo	Alimentação - salgados	4
Salgados Santa Isabel	Alimentação – salgados, bolos e jantares	2
Sol para Todos	Artesanato em crochê	2

De maneira semelhante a realidade encontrada na INTES, os grupos assessorados pelo Programa Municipal de Economia Solidária, apresentam-se de forma bastante incipiente, sendo que apenas um, a “Padaria Pão Maravilha” consegue gerar recursos suficientes para garantir a sua autossuficiência e potencial de expansão.

O Programa Municipal de Economia Solidária não fornece recursos financeiros para as atividades apoiadas, mas garante o fornecimento da matéria prima necessária para cada grupo iniciar suas atividades produtivas e mantém este apoio até que o grupo consiga atingir autossuficiência. A maioria dos grupos de Economia Solidária busca viabilizar suas atividades por meio de parcerias ou envolvimento de apoiadores diversos, como igrejas, ONGs e empresas.

Para a coordenadora do Programa o fornecimento da matéria prima necessária ao desenvolvimento das atividades é de extrema relevância, considerando-se a precariedade de recursos financeiros predominante nos empreendimentos. Os grupos são acompanhados inicialmente por dois anos pelos técnicos da prefeitura, dando suporte técnico e administrativo até que os empreendimentos consigam ganhar vigor suficiente para se desenvolverem autonomamente, o que na realidade vem sendo um dos grandes entraves, já que na grande maioria dos casos, este período não vem sendo suficiente para que

alcançar a autossuficiência, o que faz com que o prazo de “incubagem” seja prorrogado.

Para a adesão de novos grupos ao Programa de Economia Solidária da Prefeitura Municipal de Londrina, existem alguns pré-requisitos fundamentais que foram mencionados pela coordenadora do programa: Os grupos de Economia Solidária são formados por pessoas em alta vulnerabilidade social, fora do mercado de trabalho e que demonstram interesse em participar de uma atividade econômica coletiva, além de se submeterem aos princípios da Economia Solidária. Posteriormente passam por processo de formação em cooperativismo e Economia Solidária, além do aprimoramento técnico necessário ao desenvolvimento das atividades.

3.1.3 COOPERSIL - Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Londrina

Em setembro de 2009, foi criada a Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis e de Resíduos Sólidos de Londrina – COOPERSIL que atua em parceria com o poder público municipal, desenvolvendo o serviço de coleta seletiva de resíduos sólidos na cidade de Londrina. Inicialmente a cooperativa foi formada por catadores autônomos, organizados em forma de associações civis e sujeitos às imposições de atravessadores, o que limitava seus rendimentos, além da precariedade das condições de trabalho.

A cooperativa conta com 145 cooperados, mas encontra-se aberta à entrada progressiva de demais autônomos. A parceria entre a cooperativa e o poder público municipal garante repasse fixo da Prefeitura no valor de R\$30.000,00 (Trinta mil reais) por mês e R\$64,00 (Sessenta e quatro reais) por tonelada de produto recolhido. Sendo a cooperativa responsável por realizar visitas aos domicílios da cidade com a finalidade de conscientização ambiental da população e reforçar a importância da separação dos resíduos, atividade esta remunerada com R\$ 0,05 (cinco centavos) por domicílio visitado. Dessa forma houve incremento considerável no nível médio de rendimentos dos trabalhadores que saltou de R\$ 270,00 (Duzentos e setenta reais), para média em torno de R\$ 700,00 (Seiscentos reais), com picos que ultrapassam R\$ 1000,00 (Um mil reais).

3.1.4 Comunidade Doze Tribos

A Comunidade Doze Tribos surgiu nos Estados Unidos da América - EUA há 40 anos e conta atualmente com cerca de 2000 pessoas presente em países como: Estados Unidos, Canadá, Argentina, França, Espanha, Austrália, Alemanha, Inglaterra. A referida Comunidade deu início às suas atividades no Brasil há vinte anos. No Estado Paraná está localizada a uma única tribo, que é subdividida em três comunidades instaladas em Campo Largo, Mauá da Serra e Londrina. A comunidade de Londrina, na qual foi realizada a pesquisa é a maior e mantém certa centralidade em relação às demais, considerando o número mais expressivo de membros,

contando atualmente com cerca de 80 pessoas.

A Comunidade Doze Tribos faz parte de um movimento religioso de carisma cristão, ainda que não institucionalizado, e busca resgatar a essência originária dessa doutrina, vivendo em comunidade e dividindo tudo entre todos, compartilhando tarefas e rendimentos sem hierarquia definida ou unidade de comando, o que faz com que esta experiência se enquadre no modelo de autogestão e mantenha presentes os princípios fundamentais da Economia Solidária.

A entidade é legalmente constituída como associação e está localizada numa pequena fazenda na região rural de Londrina, onde produzem parte das necessidades básicas dos seus integrantes, além de manterem algumas unidades produtivas que lhes asseguram os rendimentos necessários à manutenção da comunidade. Entre as principais atividades desenvolvidas pela comunidade, destacam-se as atividades agrícolas de subsistência, comercialização de alimentos integrais, artesanato, artefatos em madeira e erva mate orgânica. Os produtos são comercializados, na sua maioria, em feiras em várias regiões do país e em um ponto comercial na própria comunidade.

Todas as funções buscam ser rotativas, para não criar privilégios ou feudos de poder e para que todos tenham conhecimento do processo de forma integral. As atividades são orientadas por coordenadores rotativos, o que dá oportunidade para que todos possam exercer diferentes papéis e funções. Os integrantes da comunidade vivem como grandes famílias, dividindo-se em clãs de aproximadamente 30 pessoas cada, para que se mantenha a proximidade nos relacionamentos e se garantam os vínculos fraternais entre os integrantes, elemento visto como principal para a viabilidade de um modelo de vida comunitário.

3.2 A gestão nas organizações pesquisadas

A INTES é formada por uma equipe de colaboradores que inclui onze professores, sete técnicos ou recém-formados e vinte e seis estagiários. Na INTES a liderança principal é exercida pela coordenadora da própria entidade, eleita diretamente entre os professores, e que em conjunto com os demais professores integrantes da incubadora define as estratégias e políticas de ação da organização. Os professores orientam os técnicos e os estagiários, que por sua vez são responsáveis por dar o suporte técnico e orientação de gestão aos grupos. Os técnicos têm a responsabilidade de supervisionar as atividades dos estagiários e acompanhar os grupos juntamente a eles.

A INTES é uma incubadora que tem por intuito congregar profissionais de diferentes áreas do conhecimento para que haja integração e complementaridade de saberes. Atualmente a entidade conta com representantes áreas de Agronomia, Artes, Administração, Ciências Contábeis, Comunicação (Relações Públicas), Design de Moda, Design Gráfico, Direito, Economia, Psicologia e Serviço Social.

No Programa Municipal de Economia Solidária a liderança é exercida por indicação da Secretaria de Ação Social. Já na COPERSOL todos os cargos são escolhidos por meio de assembléia, com a participação igualitária dos cooperados (integrantes dos grupos), formando-se a diretoria administrativa, diretoria financeira e um conselho administrativo com representantes de todos os grupos que compõem a cooperativa.

Na COOPERSIL a liderança é exercida por uma diretoria e em cada núcleo existe um coordenador de atividades. Esta diretoria é escolhida em assembléia, em que todos os cooperados participam e têm direito a voto e o mandato da diretoria é de dois anos. Já os coordenadores de núcleo são escolhidos de acordo com a análise do perfil dos candidatos e suas habilidades de liderança, comunicação, conhecimento dos processos e que tenham aceitação da maioria do grupo a ser liderado. O tempo de permanência na função depende do bom desenvolvimento das atividades e da afinidade com o grupo liderado. Dentro da estrutura da COOPERSIL predomina a liderança participativa, exercida pelo conselho administrativo composto por 20 membros, escolhidos pelos demais cooperados, cabendo a estes o gerenciamento das atividades cotidianas, sendo as decisões de cunho estratégico definidas em assembléia geral.

A Comunidade Doze Tribos não possui liderança formal, a maioria das decisões é tomada em conjunto numa espécie de assembléia informal que se busca estabelecer consensos na condução da entidade. Porém, aprofundando-se a compreensão da estrutura de funcionamento da Comunidade Doze Tribos, verifica-se que existe respeito especial em relação à opinião dos membros mais velhos, aqueles que participam da comunidade há mais tempo e que transferem aos mais jovens os valores e diretrizes da comunidade. Nesse sentido percebe-se que, ainda que não explícito ou formalizado, a opinião do grupo dos membros mais velhos tem peso assimétrico na definição dos destinos da entidade.

Ao se analisar o discurso predominante nas diferentes entidades de Economia Solidária em atuação na cidade de Londrina, percebe-se congruência no discurso que aponta a autogestão, a democracia participativa e a solidariedade como princípios básicos que norteiam o funcionamento dessas organizações. Porém, um olhar mais atento consegue captar que lideranças informais tendem a emergir, nem tanto pela sedução de poder, mas mais pela omissão da maioria dos integrantes em assumir responsabilidades e desafios.

3.3 Desafios e perspectivas para a economia solidária de Londrina

Para a coordenadora da INTES há grandes avanços em Londrina no que se refere à Economia Solidária, destacadamente através da transformação desta temática em política pública municipal, o que se efetivou por meio da criação do Centro Público de Economia Solidária, destinado

ao apoio, assessoria e comercialização dos produtos destas organizações. Também se destaca o caráter integrado das políticas públicas que se articulam com as demais ações da assistência social, o que demonstra preocupação com a inclusão social e econômica. Quanto ao futuro e alcance da Economia Solidária a coordenadora considera que poderá haver maior apoio do poder público, nas suas diferentes esferas, municipal, estadual e federal de forma mais sinérgica visando resultados mais consistentes. Também defende a necessidade de se viabilização de linhas de crédito especiais, incentivos fiscais e aprovação de legislação específica, capaz de impulsionar e facilitar o desenvolvimento desta modalidade de cooperativismo. A entrevistada reforçou ainda, a importância da criação de fóruns de discussão na cidade, o que fortaleceria e fomentaria novas iniciativas de Economia Solidária.

Para a coordenadora da COPERSOL ocorreram avanços desde o início dos primeiros grupos de Economia Solidária de Londrina em 2005, como a melhoria da renda de alguns grupos, agregação de novos conhecimentos, desenvolvimento da cultura solidária e a melhoria na auto-estima de boa parte dos seus integrantes. Porém, o desenvolvimento dos grupos e de seus integrantes não se apresenta de forma uniforme, além de persistir dependência excessiva em relação ao Programa Municipal de Economia Solidária, o que compromete os ideais emancipatórios que animam esta forma de economia e de sociabilidade. A entrevistada acredita que deveria haver avanços na legislação para facilitar a formalização dos empreendimentos de Economia Solidária e impulsionar esse modelo como alternativa efetiva no combate à pobreza e à exclusão social. Assim como a representante da INTES, a diretora da COPERSOL aponta para a dificuldade encontrada pelos empreendimentos de Economia Solidária no acesso a crédito especial, principalmente para viabilizar a aquisição de equipamentos e desenvolver a produção.

De acordo com a diretora da COPERSOL deveria haver mais espaços de debate e comercialização dos produtos da Economia Solidária na cidade, tais como fóruns, encontros, feiras e mostras de trabalhos. Assim como a representante da INTES, a diretora da COPERSOL também reforçou a importância de avanços na legislação para que os empreendimentos de Economia Solidária possam ter enquadramento jurídico específico, facilitando a sua formalização e desenvolvimento, para que não fiquem limitados às leis tradicionais do associativismo e do cooperativismo tradicional, distantes da realidade deste modelo organizacional.

A COOPERSIL transformou-se na experiência mais exitosa de Economia Solidária da cidade de Londrina e isso fica claro no ânimo do entrevistado, que reforça as conquistas alcançadas pela cooperativa, destacadamente no aumento significativo nos rendimentos dos trabalhadores, além da melhoria nas condições de trabalho. De acordo com o Presidente da cooperativa os avanços não se limitam ao

plano econômico e têm contribuído para o aprimoramento pessoal, com programas de alfabetização, controle de natalidade e conscientização para a cooperação. Pretende-se conseguir adquirir mais equipamentos para expansão na capacidade de absorção de mais trabalhadores e com isso integrar progressivamente todos os recicladores autônomos à cooperativa, bem como fazer com que haja reconhecimento da categoria enquanto profissão.

O representante da COOPERSIL foi o mais enfático em destacar a importância fundamental da parceria entre a Economia Solidária e o poder público, ilustrando sua argumentação através do exemplo de sucesso da entidade que faz parte. O modelo de parceria defendido pelo entrevistado é visto como a vocação principal para os empreendimentos de Economia Solidária, mas para que esta proximidade possa-se estabelecer de forma consistente, terá de haver mudanças na lei de licitações e de parcerias, o que deverá se tornar numa das principais bandeiras no momento.

Para a COOPERSIL as dificuldades parecem ser mais tangíveis, como a escassez de recursos próprios para a expansão das atividades da cooperativa que necessita de investimentos em infra-estrutura para atender à demanda da cidade que ainda é muito superior à capacidade de atendimento da organização. A falta de espaço também se torna importante limitador para a aceitação de novos membros o que minimiza o potencial da cooperativa em retirar da condição de miserabilidade de um contingente expressivo de catadores autônomos presentes na cidade.

Já a Comunidade Doze Tribos encara o desenvolvimento da Economia Solidária como um processo de aprendizado, que envolve a busca da essência do indivíduo e do amor ao próximo, ou seja, para os membros da entidade esse modelo de organização econômica é a expressão natural da convivência fraterna. Não querem ser enquadrados em categorias específicas, já que não se percebem realizando nada inovador, mas o que foi idealizado há dois mil anos por Cristo.

O representante da Comunidade das Doze Tribos entrevistado, apresenta um discurso vago em relação às expectativas e avanços necessários à Economia Solidária, segue uma linha mais autônoma desarticulada de outras instituições e mesmo do movimento da Economia Solidária em sentido maior. A perspectiva espiritual predomina em todas as suas falas e parece distanciar a entidade de relações mais estreitas com outras instituições congêneres. No entanto, de acordo com o entrevistado, a necessidade de aumentar espaços de comercialização e divulgação para produtos provenientes da Economia Solidária.

Em relação às principais barreiras e limitações para a Economia Solidária, o entrevistado ateu-se mais a aspectos éticos e morais, sendo no seu entender, a incapacidade de homem em relacionar-se fraternalmente com os outros e com o mundo a raiz de todos os problemas. A maior barreira ao crescimento da Economia Solidária estaria dentro do

próprio homem que se vem esquecendo os valores morais fundamentais.

Apesar das diferentes formas de perceber e vivenciar a Economia Solidária nota-se que sobressai uma visão positiva em relação às perspectivas futuras dos empreendimentos presentes na cidade de Londrina. Entretanto, a presente pesquisa pôde detectar um discurso comum a todos os entrevistados que aponta a necessidade de algumas mudanças para que haja avanços reais e se consolidem as iniciativas presentes na cidade. Nesse sentido desponta o apelo a participação mais eficiente do poder público e da própria sociedade civil no incentivo e apoio a este modelo organizacional.

As considerações efetuadas pelos diferentes entrevistados confirmam a abordagem de Barbosa (2007), quando a autora afirma que problemas estruturais como desemprego e pobreza são injustamente transferidos para a esfera privada, sendo os apoios públicos escassos e incipientes para a gravidade do problema que a Economia Solidária se propõe a enfrentar. Isso pode ser percebido na escassez e dificuldade de acesso a crédito, na burocracia impeditiva e fora da realidade dos empreendimentos e mesmo na falta de legislação específica. Também não existem ações específicas por parte dos Bancos de desenvolvimento, como o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), que poderiam viabilizar linhas de crédito especiais e fomentar as iniciativas de Economia Solidária.

A autora também critica a SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária, que não faz uma divulgação eficiente do próprio movimento, o que recebe eco por parte de todos os entrevistados que reclamaram da falta de visibilidade. Por último, Barbosa (2007) mais uma vez, sintoniza-se com os discursos identificados na presente pesquisa, apontando a falta de socialização e debate no estabelecimento dos critérios para aprovação de projetos, além das exigências burocráticas que se distanciam da realidade da maioria dos empreendimentos.

4 Conclusão

Ao analisar os dados levantados na presente pesquisa se percebe a heterogeneidade nas organizações, mesmo todas se enquadrando dentro do modelo de Economia Solidária. As multiplicidades de experimentos encontradas dão a tônica da realidade deste modelo organizacional específico e abrem um campo fértil à investigação científica que se torna mais rico à medida que pode analisar o processo inicial de construção, necessitando de acompanhamento ao longo do tempo para poder identificar avanços e recuos destas iniciativas de forma a avaliar o potencial esperado.

Apesar da diversidade entre os modelos organizacionais aqui expostos, há certa semelhança nos grupos encampados pela incubadora da UEL, a INTES e a COPERSOL, cooperativa proveniente da articulação e apoio do Programa de Economia Solidária da Prefeitura Municipal de Londrina. Ambas as iniciativas comportam grupos de pequeno porte,

organizados de fora para dentro sem antecedentes identitários entre os grupos ou mesmo entre seus integrantes. O fato destas organizações não ter surgido de forma espontânea e autônoma por iniciativa dos seus próprios integrantes, mas por articulação e fomento externo, parece reduzir sua força e capacidade interna de ação, tornando-os dependentes do protagonismo externo. Talvez esta seja uma das explicações da dificuldade em encontrar iniciativas vigorosas e pujantes dentro destes grupos.

Ainda em relação às duas iniciativas descritas, parece haver descompasso entre os produtos e serviços ofertados e as demandas do mercado, a maioria das iniciativas está ligada ao artesanato, confecção e alimentos, apresentando dificuldades em alinhar estes produtos com as necessidades e desejos dos consumidores. Percebe-se que nem todos os produtos são adequados à realidade da Economia Solidária. Sendo que em muitos casos para que haja viabilidade econômica a quantidade de unidades vendidas supera largamente o potencial, tanto de produção dos grupos como de absorção média do mercado local, o que inviabiliza o empreendimento à partida.

A COOPERSIL apresenta resultados que a classifica, à priori, como experiência bem sucedida. A situação anterior de seus integrantes era de extrema pobreza e precariedade nas condições de trabalho e vida, sendo possível perceber avanços claros na qualidade de vida e na renda das famílias integrantes da cooperativa. Parece que o grande impulso foi dado através do modelo de parceria estabelecido entre a cooperativa e a Prefeitura Municipal de Londrina, o que poderá estar apontando como possível vocação para empreendimentos de Economia Solidária, tornando-os fornecedores privilegiados de produtos e serviços do poder público. Considerando-se as inúmeras limitações da maioria dos empreendimentos de Economia Solidária, em que predominam fortes restrições financeiras, baixa escolaridade e qualificação técnica de seus integrantes, torna-se frágil pensar-se na parceria Economia Solidária e poder público.

A Comunidade Doze Tribos apresenta características muito próprias, principalmente pelo seu forte vínculo com questões espirituais. De todas as iniciativas aqui analisadas é a que se caracteriza por maior coesão entre os membros do grupo, assemelhando-se a uma família, o que lhes garante forte identidade e capacidade para desenvolver projetos econômicos em conjunto com elevados padrões motivacionais e de comprometimento. Porém, pelas singularidades desta iniciativa é difícil imaginá-la sendo replicada facilmente.

Com exceção da Comunidade Doze Tribos atestou-se forte proximidade entre todas as iniciativas pesquisadas com o poder público. Os recursos públicos são essenciais para o fomento das atividades, porém são vistos como insuficientes, desencadeando dificuldade em planejar os empreendimentos em longo prazo. Além dos problemas de fomento e incentivo, também a superação em se ultrapassar a cultura individualista tradicional, torna-se um dos maiores desafios.

Por fim, pode-se observar que as atividades de Economia Solidária ainda são escassas em Londrina, sendo na maioria bastante frágeis, sobrevivendo de incentivos governamentais. A maior parte destas experiências tem dificuldades em encontrar espaço apropriado no mercado, o que limita a sua consolidação e autonomia. Porém, há de se considerar que são iniciativas recentes e que estão trabalhando dentro de uma lógica pouco usual e com forte limitação de recursos, além de alicerces teóricos e experiências empíricas ainda em processo de construção. O que redobra a importância em se fomentar espaços de diálogo e debate sobre a temática e incentivar a adesão da sociedade civil a conhecer e adotar produtos e serviços de empreendimentos solidários.

Referências

- ALBUQUERQUE, P.P. Autogestão. In: CATTANI, A.D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- BARBOSA, R.N.C. *Economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2007.
- CATANNI, A.D. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2009.
- GENNARI, A.M.; OLIVEIRA, R. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- LUZIO DOS SANTOS, L.M.; BORINELLI, B. Economia Solidária: propostas e perspectivas In: BORINELLI, B.; LUZIO DOS SANTOS, L.M.; PITAGUARI, S.O. (Org.). *Economia solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional*. Londrina: Eduel, 2010.
- MANCIE, E. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- SOUSA SANTOS, B. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.
- SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- _____; SOUZA, A.R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

